

# MORRER E TESTAR NA IDADE MÉDIA: ALGUNS ASPECTOS DA TESTAMENTARIA DOS SÉCULOS XIV E XV <sup>+</sup>

HERMÍNIA VASCONCELOS VILAR \*

MARIA JOÃO MARQUES DA SILVA \*\*

## 1. INTRODUÇÃO

A preocupação em assegurar a salvação da alma depois da morte, embora presente ao longo de toda a Idade Média, evoluiu nas formas e na intensidade com que se manifestou. Se, nos primeiros séculos deste período, tal preocupação não assumiu a importância verificada nas centúrias posteriores, a verdade é que não deixou de estar presente <sup>1</sup>.

---

<sup>+</sup> Este trabalho foi elaborado no âmbito do Seminário «Assistência Pobreza e Morte» orientado pela Professora Dr.ª Maria José Ferro Tavares, do Mestrado em História Medieval da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, em 1986.

A sua concretização constituiu mesmo, para uma das autoras, o primeiro passo no sentido da feitura da sua tese de mestrado, sujeita a uma temática afim.

No momento em que nos foi colocada a hipótese de publicação deste trabalho, a questão que se nos colocou foi a da sua reelaboração completa ou a da publicação pura e simples do estudo realizado. Optámos por uma via intermédia: mantivemos os traços estruturais do trabalho, correspondentes a um estágio determinado da nossa evolução científica, actualizando alguns dados bibliográficos e alguns aspectos de pormenor.

\* Universidade de Évora.

\*\* Universidade Aberta de Lisboa.

<sup>1</sup> Cf. Joseph Ntedika, *L'évocation de l'au-delà dans la prière pour les morts. Étude de patristique et de liturgie latines (IV<sup>e</sup>-VIII<sup>e</sup> siècles)*, Louvaine-Paris, ed. Nauwelaerts, 1971, p. 255, onde o autor refere a evolução dos temas das orações funerárias como expressão da evolução das crenças colectivas.

Esta vontade individual de assegurar o futuro da alma conduziu a que o registo escrito fosse preferencialmente escolhido em detrimento do contrato oral<sup>2</sup>, pelo carácter de perenidade de que se revestia, constituindo para o crente uma garantia de preservação eterna das formas de intercessão contidas nesses testemunhos, que são os testamentos e doações que até nós chegaram.

Foi com base nesta documentação, dispersa pelos diferentes cartórios eclesiásticos, que nos propusemos analisar um núcleo documental que pudesse funcionar como amostragem, espacial e cronológica. Neste contexto, optámos pelo tratamento de testamentos e doações por sufrágio oriundos dos seguintes núcleos:

- COIMBRA — Sé e mosteiro da Batalha,
- LAMEGO — Sé,
- LISBOA — conventos de S. Domingos e de Chelas,
- SANTARÉM — colegiadas de Santo Estêvão, de S. Salvador e de Santa Maria da Alcáçova<sup>3</sup>.

Deste modo, procurou-se cobrir uma área geográfica extensa e dispar mas, ao mesmo tempo, englobante de alguns núcleos urbanos importantes.

O universo de testamentos e de doações que considerámos distribuem-se cronologicamente entre 1300 e 1500, verificando-se uma maior incidência do número destes documentos na primeira metade do século XIV, com noventa e seis documentos, seguido da segunda metade do mesmo, com oitenta e quatro e decrescendo ao longo de todo o século XV (setenta e três e vinte e cinco, respectivamente), perfazendo um total de duzentos e setenta e oito unidades.

---

<sup>2</sup> Raros são os casos em que podemos encontrar referências a testamentos não escritos, sobretudo, à medida que se avança nas centúrias de Trezentos e de Quatrocentos, embora a ordenação feita sobre a validação dos testamentos orais, para a qual era necessário o testemunho de seis indivíduos, indique uma provável frequência nesta prática. Cf. *Ordenações Afonsinas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, Livro 4, Título CIII, p. 374.

<sup>3</sup> A recolha documental para o presente estudo foi realizada por: Hermínia Vasconcelos Vilar: Sé de Lamego; Maria de Fátima Botão: Colegiadas de Santarém; Maria João Branco: S. Domingos de Lisboa e Mosteiro de Chelas; Saul António Gomes: Sé de Coimbra e Mosteiro da Batalha.

Das múltiplas vertentes susceptíveis de análise que estes documentos nos proporcionam, optámos pelo tratamento da relação entre os bens legados pelos testadores e as cerimónias pedidas por sufrágio da alma.

## 2. TESTAR E DOAR

### 2.1. Quem testa?

O temor inspirado pelo segredo que a vida além-túmulo encerrava para o crente dos séculos XIV e XV constitui não só um traço marcante da testamentaria analisada, mas também a motivação fundamental e consciente dos testadores.

Com efeito, o testador destes séculos parece ter sido impelido por uma vontade dupla, aparentemente contraditória: se por um lado procurava assegurar uma vida eterna para a sua alma no Paraíso despojando-se dos seus laços materiais, por outro tentava eternizar a sua presença na terra. Assim, o legar de bens e a especificação das suas contrapartidas procuravam assegurar este duplo fim. Ao definir o futuro do seu património, o testador parecia pretender a sua posse<sup>4</sup>, ao mesmo tempo que através dos legados feitos para cerimónias religiosas, procurava eternizar neste mundo a memória da sua passagem e assegurar no Além um lugar para a sua alma<sup>5</sup>.

O «testamento-tipo» destes séculos reveste-se, pois, dum forte carácter escatológico que se insinua na escolha e hierarquização das entidades a quem se doava, que se elegiam, preferencialmente,

---

<sup>4</sup> Philippe Ariès, *L'Homme devant la mort*, Paris, Seuil, 1977, p. 133, refere a tristeza sentida pelo moribundo a partir do século XIV por ter de deixar os seus bens terrenos. A preocupação que se desprende dos testamentos que analisámos, em definir o seu futuro atesta exactamente esta característica.

<sup>5</sup> Os livros de aniversário que vários institutos religiosos possuíam e onde registavam as missas e aniversários a celebrar quotidianamente, constituem uma prova cabal dessa preocupação de perenidade. Paralelamente, Ivo Carneiro fala-nos do registo de instituidores de capelas e de aniversários existente no convento de S. Francisco do Porto, e que, segundo o autor, se encontravam «em luta contra o esquecimento». «Legados pios do convento de S. Francisco do Porto» in *Boletim do Arquivo Distrital do Porto*, n.º 1, 1982, p. 59.

de entre as instituições religiosas<sup>6</sup>. Lembremo-nos do que Philippe Ariès nos diz sobre a modificação das atitudes perante a morte após o século XIII, ao afirmar: «La mort va être pour longtemps cléricalisée»<sup>7</sup>. Deste modo, as instituições religiosas passariam a desempenhar um papel imprescindível, crucial, tanto no desenrolar da passagem, tomando parte em todas as suas fases, como na difusão alargada a todas as camadas dum ideal de «Boa Morte» cristianizada.



O testador de Trezentos e de Quatrocentos era predominantemente do sexo masculino (cf. gráfico n.º 2), ultrapassando em mais do dobro o número de testadoras femininas.

O domínio percentual do testador masculino aqui verificado parece concordar com estudos já realizados para outras áreas geográficas<sup>8</sup>, nas quais esta importância é ainda mais evidente.

Com efeito, não é senão natural que assim seja, dado o papel social que cada um dos sexos desempenhava no contexto da sociedade medieval<sup>9</sup>.

Se procurarmos equacionar a distribuição pelos diversos estados civis dos diferentes testadores masculinos, verificamos que o testador solteiro se sobrepõe a todos os outros, o que está, muito

---

<sup>6</sup> A fraca percentagem de legados a entidades não religiosas como gafos, pobres, albergarias e pontes face às doações feitas a mosteiros e igrejas, é uma realidade destes séculos XIV e XV, pelo menos quando comparada com períodos anteriores. Cf. M.T. Lorcín, *Vivre et mourir en Lyonnais*, Paris, Ed. CNRS, s.d., pp. 133-134 e J. Chiffolleau, *La comptabilité de l'au delà. Les hommes, la mort et la religion dans la région d'Avignon à la fin du Moyen Âge* (vers 1320 - vers 1480), Rome, École Française de Rome, 1980, p. 289 e seg. A propósito desta alteração na hierarquia de destinatários de doações, veja-se, para o caso português: Hermínia Vasconcelos Vilar, *A vivência da morte na Estremadura portuguesa (1300-1500)*, Lisboa, tese de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, policopiada, 1990, pp. 282-292.

<sup>7</sup> Cf. Philippe Ariès, *ob. cit.*, p. 161.

<sup>8</sup> Cf. Jacques Chiffolleau, *ob. cit.*, p. 50.

<sup>9</sup> Sobre o papel da mulher casada na sociedade medieval, cf. Silvana Vecchio, «La bonne Épouse», *Histoire des Femmes*, vol. 2 - *Le Moyen Âge*, dir. de Georges Duby e Michelle Perrot, Paris, Plon, 1990, pp. 117-145.

provavelmente, ligado com o elevado número de clérigos que surgem a legar bens (cf. gráfico n.º 1). Em segundo lugar encontramos um grupo relativamente numeroso de indivíduos casados, que frequentemente surgem a par das esposas nas disposições que fazem parecendo procurar, como diz Ivo Carneiro «assegurar juntos a sua salvação, como unidos viviam na terra»<sup>10</sup>.

Já os viúvos estão praticamente ausentes. Isto deve relacionar-se, a nosso ver, com o facto do homem viúvo se não definir como tal, quer por muitas vezes recorrer a um segundo casamento<sup>11</sup> quer por a enunciação do estado civil não constituir um critério de caracterização do homem enquanto membro da sociedade, ao contrário do que ocorria com a mulher.

No que respeita ao testador feminino, este apresenta um comportamento quase oposto. Assim, a mulher que testava era predominantemente viúva, e como tal se definia, o que se explica pela necessidade de ligação da mulher a um grupo familiar ou ao estatuto de um ente masculino<sup>12</sup> pelo que muitas vezes, em conjugação com o estado civil surge a enunciação do nome do seu defunto marido ou do pai.

A mulher casada ou solteira raramente testava isoladamente. A primeira surge quase exclusivamente ligada ao marido e relegada para um segundo plano no acto de doar<sup>13</sup>, enquanto os casos de mulheres solteiras que se apresentam como testadoras, se referem na sua esmagadora maioria a religiosas das instituições eclesiásticas em causa.

Em termos de condição social, nobres e clérigos parecem monopolizar o grosso dos legados realizados neste período, enquanto comerciantes, artesãos e oficiais representam apenas 18,4% do total. Indicará esta desproporção uma aculturação do grupo nobre à

---

<sup>10</sup> Cf. Ivo Carneiro, *ob. cit.*, p. 61.

<sup>11</sup> A.N.T.T., *Sé de Lamego*, caixa 20, maço 4, n.º 12.

<sup>12</sup> Cf. M. T. Lorcín, *ob. cit.*, p. 58.

<sup>13</sup> A maioria dos núcleos analisados contém testamentos e doações deste tipo, com a mulher enunciada em segundo lugar, após o marido. Cf., a título de exemplo, A.N.T.T., *Mosteiro de S. Domingos de Lisboa*, B-46-12, doc. 215 e B-46-4, docs. 38 e 39.

ideologia clerical<sup>14</sup>, nomeadamente ao ideal da boa morte veiculado pela Igreja<sup>15</sup>, aculturação essa superior à das camadas mais baixas ou apenas uma consequência do seu estatuto sócio-económico?

Concomitantemente caberá questionar se a irrelevante percentagem de comerciantes e de artesãos testadores (cf. gráfico n.º 1) não constituirá uma consequência do carácter dos núcleos analisados. Esta questão coloca-se com tanta mais acuidade quanto se verifica que a sua presença é praticamente exclusiva dos grandes núcleos urbanos considerados: Lisboa e Coimbra.

Quanto à distribuição social e por sexo dos testadores observa-se uma tendência comum para a diminuição, sobretudo ao longo do século XV. No entanto, caberá realçar que apesar de se verificar um decréscimo tanto dos testadores de grupos privilegiados como de grupos não privilegiados, a diminuição dos primeiros faz-se sentir de forma mais marcada, o que poderá indicar uma tendência, a médio ou a curto prazo, para uma repartição social dos testadores diferente da dos séculos anteriores<sup>16</sup>.

## 2.2. A quem se testa?

O conjunto das entidades que receberam doações dos testadores compreendidos neste conjunto, compõe-se dum vasto leque de beneficiários, desde simples particulares (familiares, amigos, confessores, criados) às instituições religiosas mais poderosas, tanto seculares como regulares, passando pelas confrarias, pobres, doentes e presos.

Tal como já afirmámos, os legados a estas últimas entidades decresceram ao longo de Trezentos e de Quatrocentos, o que poderá

---

<sup>14</sup> Veja-se a afirmação de Alain Guerreau na sua obra *O Feudalismo: um horizonte teórico*, Lisboa, Edições 70, s. d., pp. 249-250: «A ligação com os vivos foi duplamente sacralizada e fixada: pelo casamento único e indissolúvel por um parentesco espiritual proliferante. Mas a ligação com os mortos não foi objecto de menor atenção (...). Este culto dos mortos, estreitamente socializado, fixado no espaço, imbrincado nos aspectos gerais e obrigatórios do culto cristão, aparece como uma das garantias mais sólidas da estabilidade das populações».

<sup>15</sup> Cf. Phillipe Ariès, *ob. cit.*, p. 186.

<sup>16</sup> Cf. Hermínia Vasconcelos Vilar, *ob. cit.*, pp. 86-87, onde esta constatação foi comprovada através dum número bastante mais significativo de testamentos e de doações.



constituir um indício da sua perda de importância como intercessores no Além, em favor do papel desempenhado pela Igreja nessa mesma função. Contudo, a manutenção da presença dos pobres, dos presos e dos doentes como destinatários de pequenas doações denota também a permanência da idealização do pobre e do desafortunado como estando mais próximos de Deus<sup>17</sup>.

No que respeita às confrarias elas são contempladas na maioria dos testamentos. O testador que era confrade preocupava-se em deixar à instituição ou instituições de que fazia parte bens que a ajudassem a sobreviver, requerendo em troca que o «cuidassem» com a dignidade que lhe cabia por ser confrade, implicando uma maior complexidade das cerimónias fúnebres<sup>18</sup>.

Contudo, os grandes beneficiários destas doações por alma eram, sem dúvida, os institutos religiosos, tanto seculares como regulares, que se distribuíam não só pelos grandes centros mas também, quase sempre, pelas terras onde os testadores tinham bens ou influências.

Isto parece concordar com o que acima foi dito acerca do prolongamento da vida na terra após a morte, pela memória dos vivos, o que seria alcançado ao levar às suas terras as missas de aniversário, meio de lembrança por excelência.

Não obstante, a escolha que os testadores faziam das diversas instituições a que legavam os seus bens, parece ter obedecido a um determinado número de condicionantes. O primeiro parece ter sido o da diversificação dos legados por um grupo alargado de instituições, impedindo assim a concentração do património num único instituto. A lógica subjacente a esta característica deve ser procurada na necessidade que o testador destes séculos sentia de tentar obter tantas intercessões quantas fosse possível. Como resultado desta preocupação podemos considerar os múltiplos e repetidos pedidos de testadores aos frades e clérigos das mais variadas

---

<sup>17</sup> Veja-se Michel Mollat, *Les pauvres au Moyen Âge*, Paris, Hachette, 1978, pp. 256 e seg. onde se refere o novo conceito de pobre que surge com as convulsões do século XIV, ligado à imagem do pobre-vagabundo, do pobre-ladrão, do pobre-maléfico, facto que contribuiu para a diminuição das doações. Veja-se ainda Maria José Ferro Tavares, *Pobreza e morte em Portugal na Idade Média*, Lisboa, Presença, 1989, pp. 90-91.

<sup>18</sup> Sobre o papel das confrarias no ritual da morte, cf. Maria José Ferro Tavares, *ob. cit.*, pp. 101-124 e Hermínia Vilar, *ob. cit.*, pp. 270-282.

Ordens e igrejas, para que comparecessem ao seu enterro e rezassem pela sua alma<sup>19</sup>.

Legando, assim, a diferentes instituições, o homem medieval distribuía entre o clero regular e o secular o conjunto das suas dádivas (cf. gráfico n.º 5).

Se a análise da evolução destas doações se torna aleatória pelo carácter desigual dos núcleos compulsados, já o mesmo não ocorre se nos debruçarmos sobre as variações entre o clero secular e o regular.

Embora seja detectável uma clara preferência pelo primeiro, esta asserção pode não corresponder, exactamente, à realidade, uma vez que o tratamento quantitativo aplicado aos dados não permite a contemplação das diferenças qualitativas dos mesmos. Deste modo, as doações ao clero secular, ainda que significativamente mais numerosas, distribuem-se por um maior número de instituições do que as feitas aos mosteiros, o que implica que face a esta pulverização os números obtidos se revistam de um outro significado<sup>20</sup>.

Entre as doações feitas ao clero secular, caberá ainda realçar o importante papel desempenhado pelos cabidos das Sés, sobretudo de Lamego e Coimbra, como instituições destinatárias. Esta importância dos cabidos relaciona-se directamente com o papel desempenhado por este clero nos núcleos urbanos, como intercessores privilegiados. Facto que se liga não só com o esforço de definição da rede paroquial e dos laços entre fregueses e igrejas paroquiais, sensível nestes séculos<sup>21</sup>, mas também com a proximidade física destes clérigos em relação às populações urbanas, a quem proporcionavam a manutenção do culto.

---

<sup>19</sup> A.N.T.T., *Mosteiro de S. Domingos de Lisboa*, B46-9, doc. 381, trata-se do testamento de Maria de Aboim de 1326, que é um dos mais elucidativos desta multiplicidade de intercessões pedidas.

<sup>20</sup> As percentagens encontradas coincidem, mais uma vez, com os dados determinados por J. Chiffolleau, *ob. cit.*, p. 247, sobre o papel destes dois grupos do clero.

<sup>21</sup> Pode sentir-se, através da leitura dos sínodos, uma preocupação crescente com o estabelecimento de uma maior ligação entre as igrejas e os seus paroquianos. Exemplo disso encontramos no Sínodo de Lisboa de 1327, artigo 25, em que se estabelece que cada igreja devia ter baptistério e cemitério próprios. Cf. *Synodicon Hispanum*, vol. II - *Portugal*, Madrid. Biblioteca de Autores Cristãos, 1982, p. 313.



No que se refere ao clero regular, o equilíbrio entre as doações feitas a mendicantes e a outras Ordens parece ser uma realidade, embora os 54% de legados aos primeiros (cf. gráfico n.º 5) se distribuam por um conjunto de nove mosteiros, enquanto os 45% referentes aos restantes se dividem por um conjunto de dezoito instituições, que englobam conventos de cistercienses, de Cónegos Regrantes e de Comendadeiras de Santiago entre outros.

Parece pois continuar a existir também na escolha do instituto beneficiário uma política de além-túmulo que determinava a opção por um dado mosteiro ou igreja em detrimento de outro, o que podia concordar com estratégias das próprias instituições na busca de bens e com a plena afirmação das Ordens Mendicantes nos centros urbanos.

A par dos legados pios e a instituições religiosas, a maioria dos testemunhos contemplava ainda indivíduos que tinham mantido com o testador relações de carácter familiar, sentimental ou de serviço que o «obrigavam» a englobá-lo nas suas últimas vontades.

Extraída a parte que obrigatoriamente se destinava à herança familiar, o testador legava frequentemente a criados, a parentes afastados e a amigos uma porção dos seus bens. Contudo, esta benemerência nem sempre estava separada da preocupação com a «saúde» da alma. Com efeito, não só se requeria orações pela alma ou cuidados com a sepultura em troca dos bens legados, como se concediam alforrias ou liberalidades a criados procurando a misericórdia divina<sup>22</sup>.

Todo este amplo conjunto de entidades a que se legava e que atesta bem a importância do clero como mediador indispensável na passagem do crente para o Além, só encontra, porém, a sua plena justificação na relação com o que era doado e com a cerimónia que era requerida por intercessão.

### 2.3. O que se testa?

O conjunto dos bens que faziam parte das disposições testamentárias compreendiam uma vasta gama de bens imóveis e

---

<sup>22</sup> Vários documentos fazem menção à alforria de escravos e à recompensa de criados, mas realce-se, como mais exemplificativo, o de João Eanes, escrivão do Almoxarifado de Lamego, de 1377. A.N.T.T., *Sé de Lamego*, caixa 19, maço 2, n.º 24.

móveis: géneros, foros, rendas, direitos, olivais, vinhas, casas, casais, herdades, leiras, quintas, adegas, lagares, tendas, jóias, vestuário, objectos pessoais, livros e outros <sup>23</sup>.

O bem legado, ainda que variável na forma e no valor, era sempre um meio a que o testador recorria para sustentar as cerimónias que deviam ajudar à remissão das suas faltas. Daí que, por vezes, os bens fossem doados com a determinação, por parte dos testadores, de que se destinavam a ser vendidos e o seu produto a reverter a favor de missas ou de aniversários. Deste modo, torna-se visível que o bem não importava como tal mas como forma de obtenção de algo que o ultrapassava.

Será este posicionamento frente ao bem legado, uma atitude comum ao testador e à entidade beneficiária ou deveremos, ao invés, pensar na existência duma estratégia de aquisição selectiva de propriedade por parte das instituições religiosas depositárias destes testamentos?

Constituindo o testamento e a doação formas privilegiadas de obtenção de bens de raiz por parte das instituições religiosas a quem a compra dos mesmos era vedada pelas leis de desamortização, parece-nos lógica a possibilidade de existência de tal estratégia. Por outro lado, até que ponto a difusão do ideal da boa morte não estaria estreitamente ligada à multiplicação do número de testamentos e ao fomento do medo de morrer intestado <sup>24</sup>?

A partir da análise do universo considerado não podemos senão concluir pela persistência do bem de raiz como legado maioritário. Assim, embora ao longo do século XV a diferença percentual entre legados móveis e imóveis seja ligeiramente favorável aos primeiros, a tendência dominante é, no entanto, de predomínio dos segundos.

No que se refere, concretamente, aos bens móveis e à sua distribuição no espaço temporal, parece significativo o predomínio de doações em espécie sobre os outros tipos de bens móveis que se mantém com uma percentagem que oscila entre 73% e os 64%.

---

<sup>23</sup> A diversidade de bens legados presente nestes núcleos documentais é uma realidade atestada em outros estudos já realizados, nomeadamente o de Marie Thérèse Lorcin, *ob. cit.*, pp. 32 e seg.

<sup>24</sup> Parece ser reflexo desta preocupação o cuidado que existiu em legislar sobre o que morria intestado. Cf. *Ordenações Afonsinas*, Livro 4, Título XCV, pp. 351-353.

Quanto aos restantes tipos de bens móveis, distribuímo-los por três grupos que se pareciam destacar do conjunto: livros, jóias e roupas.

Os livros surgem como doações feitas, regra geral, por clérigos<sup>25</sup>, o que está de acordo com as funções e posicionamento cultural que este grupo assumia na sociedade medieval.

Jóias e roupas, bens pessoais por excelência, eram doadas quer a particulares, quer a instituições religiosas por todos os grupos sociais considerados, embora a doação de jóias constituísse um apanágio dos grupos com maiores recursos económicos e se pudesse destinar, muitas vezes, ao ornamento das suas capelas próprias ou das igrejas<sup>26</sup>.

A roupa legada, quer vestes quer roupa de cama, evidencia uma noção valorativa da mesma enquanto bem indispensável, mas também de luxo, que se doava preferencialmente a indivíduos próximos ou socialmente inferiores<sup>27</sup>.

Rendas, direitos, foros, são outro tipo de legado presente nestes documentos e que, conjuntamente com géneros, gado e alfaías agrícolas, completam a extrema diversidade deste núcleo.

Os bens imóveis dividem-se entre propriedade urbana e rural, dentro da qual encontramos, praticamente, toda a espécie de formas que esta podia assumir.

Do conjunto de terras doadas, ressaltam as vinhas e os olivais, pela individualização que é feita, embora não escasseiem, também,

---

<sup>25</sup> O testamento de D. Lourenço, bispo de Lamego, de 1393, é um dos documentos que refere a doação de livros como as *Decretais*, o *Sexto*, o *Decreto*, o «*Especulum*», o *Inocência* e o *Arcediogo*. A.N.T.T., *Sé de Lamego*, caixa 19, maço 2, n.º 34.

<sup>26</sup> A.N.T.T., *Mosteiro de S. Domingos de Lisboa*, B-46-5, n.º 285-6: testamento de D. Gil Alma de 1415.

<sup>27</sup> As peças geralmente citadas como sendo legadas são pelotes e capas ou peças de tecido, que eram normalmente legadas a criados ou a familiares que apesar de próximos se encontravam em situações de menor desafogo. Cf. o testamento de D. Guiomar de Barredo — A.N.T.T., *Sé de Lamego*, caixa 19, maço 1, n.º 23; o testamento de Afonso Carrasco de 1380 — A.N.T.T., *Mosteiro de S. Domingos de Lisboa*, B-46-1, doc. 419.

as terras de pão. Casas e tendas parecem constituir doações privilegiadas de ambientes urbanos <sup>28</sup>.

A semelhança do que se verifica para o núcleo de bens móveis, as percentagens dos diferentes tipos de bens imóveis parecem manter-se sem alterações significativas ao longo do período considerado, o que poderá indicar uma permanência dum sistema de valores que motiva e delimita uma hierarquização-tipo da escolha do testador, na hora de zelar pela sua salvação (cf. gráfico n.º 3).

### 3. O CULTO DOS MORTOS

O culto dos mortos cristão surge, tal como afirma Joseph Ntedika ligado às próprias origens da Igreja, embora o seu significado e forma varie de acordo com o tempo e com a própria evolução da teologia cristã <sup>29</sup>.

A oração pelos mortos como forma de intercessão e de expiação constituiu sempre um dos rituais privilegiados deste culto, quer se colocasse o julgamento da alma no fim dos tempos, quer à hora da morte.

Deste modo e apesar de, segundo alguns estudos realizados, a crença no julgamento à hora da morte parecer substituir-se à crença no Julgamento Final, a verdade é que mais do que uma substituição se terá operado uma sobreposição. A manutenção dum culto que, teoricamente, se deveria prolongar pela eternidade constitui um indício seguro de que a preocupação com o destino da alma aquando da segunda vinda de Cristo não cessou de existir <sup>30</sup>.

Relacionando-se com esta mutação, o próprio culto evoluiu no sentido duma crescente clericalização, tal como já acima realçámos, das cerimónias respeitantes quer ao acompanhamento do corpo até à sua última morada, quer ao acompanhamento da alma até à consumação dos tempos.

<sup>28</sup> As doações de casas e tendas aparecem com maior profusão em núcleos como S. Domingos de Lisboa: A.N.T.T., *Mosteiro de S. Domingos de Lisboa*, B-46-10, doc. 320/322; B-46-4, doc. 142; B-46-9, doc. 381; B-46-4, doc. 253, entre outros.

<sup>29</sup> C. J. Ntedika, *ob. cit.*, p. 255.

<sup>30</sup> Cf. Aaron Gurevic, «Au Moyen Âge: conscience individuelle et image de l'au-delà», *Annales E.S.C.*, XXXVII (2), 1982, pp. 255-275 e Phillipe Ariès, *ob. cit.*, p. 105.

Tal mudança liga-se também com modificações operadas na própria concepção da divindade, que tendeu a definir-se, primordialmente, através da sua função de aplicação da justiça e com a crescente culpabilização da gestualidade descontrolada que até aí acompanhava o culto dos mortos<sup>31</sup>.

O uso do luto<sup>32</sup> como expressão de dó, o recurso a missas, a orações dos mortos e a saimentos como formas de intercessão, a crescente complexidade do cortejo fúnebre que se povoa de clérigos e que «transforma» os laicos em confrades, foram as formas de cristianização dum culto cujas origens múltiplas, conjugavam resquícios pagãos com intervenções esporádicas numa Igreja ainda não definida como intermediário privilegiado entre o crente e o Além.

Com efeito, o culto dos mortos que perpassa a testamentaria analisada, englobava o período que ia desde a hora da morte até à eternidade, transformando a passagem progressiva para o Além num conjunto de cerimónias exclusivamente religiosas, nas quais a obsessão pela salvação estava presente em todos os instantes. Essa preocupação era tanto mais premente quanto a penalização pela morte intestada havia de crescer e impor-se claramente neste período.

Em relação aos núcleos compulsados torna-se notória a preocupação dos testadores em especificar o culto que lhes deveria ser prestado. Este centrava-se, sobretudo, nas cerimónias que se sucediam ao enterro e que iriam assegurar a perenidade dos cuidados prestados na terra à alma que partia. Tal facto não indicará uma subalternização da cerimónia do enterro e da vigília, mas provavelmente a existência de «estereótipos» de comportamento e de ritos para esses momentos, ao contrário do que acontecia com o longo período que se iniciava após o enterro, no qual se decidiria sobre o futuro eterno da alma do testador.

Este cuidado com o ritual a cumprir nesta «última fase» do processo de passagem para o Além — que assume uma enorme

---

<sup>31</sup> Cf. Jacques le Goff, «Os gestos do Purgatório», *O maravilhoso e o fantástico no Ocidente medieval*, Lisboa, Edições 70, 1985, p. 65 e Jean-Claude Schmitt, *La raison des gestes dans l'Occident médiéval*, Paris, Gallimard, 1990, pp. 209-224.

<sup>32</sup> Cf. referência ao luto no testamento de João Lourenço, cónego de Coimbra: A.N.T.T., *Sé de Coimbra*, maço 32, doc. 1348.



diversidade de formas se bem que se cinjam a um número restrito de cerimónias básicas<sup>33</sup> — não exclui, no entanto, alusões às outras cerimónias que antecediam o enterro e ao próprio momento do enterro, as quais podemos muito sumariamente vislumbrar pelos dados recolhidos.

Assim, o período que se desenvolvia entre a hora da morte e a hora do enterro não vê os seus contornos e limites bem demarcados, embora saibamos que ao momento da morte podiam assistir orações específicas<sup>34</sup>, e que existia, frequentemente, uma vigília de duração indefinida.

De entre as cerimónias mais frequentes e aludidas nesta fase destaca-se o «honrar» que surge com uma conjugação de missas e saimentos. As missas, sobretudo as oficiadas, certamente pela sua solenidade, as horas dos mortos, as vigílias dos nocturnos e as matinas de nove lições também participavam deste momento da passagem. Outros rituais são ainda referidos nestes testamentos como o queimar de cera e a recitação de ladainhas.

No que respeita ao momento do enterro, a especificação deste limita-se mais à enunciação das missas a celebrar do que à organização do cortejo em si. As escassas referências aos componentes do cortejo que acompanhava o esquife apresentam-nos um quadro onde as cruzes, os incensários e o tanger de sinos marcavam o passo àqueles que, clérigos, confrades, familiares e pobres, formavam a comitiva que acompanhava o morto à sua última morada. Enquanto isso, e especialmente no caso de testadores mais abas-

---

<sup>33</sup> As cerimónias mais requeridas após o enterro eram, sem dúvida, as missas, fossem elas de requiem, oficiadas ou caladas. Contudo, eram referidas ainda certas orações que deviam ser rezadas em determinados dias como «as horas dos passados», as antífonas, os salmos ou certas cerimónias como as ofertas a pobres e saimentos. Cf. A.N.T.T., *Mosteiro da Batalha*, maço 4, doc. 26; Idem, *Sé de Coimbra*, 2.ª inc., maço 14, doc. 26; *Ibidem*, maço 26, doc. 1099; Idem, *Colegiada de Santo Estêvão de Santarém*, maço 2, n.º 58; Idem, *Colegiada de S. Salvador de Santarém*, maço 5, n.º 184; Idem, *Sé de Lamego*, caixa 19, maço 2, n.º 10 e n.º 11; *Ibidem*, caixa 20, maço 4, n.º 3; Idem, *S. Domingos de Lisboa*, B-46-48, fls. 208v-210v; *Idibem*, B-46-4, doc. 253; *Ibidem*, B-46-11, doc. 148, entre outros.

<sup>34</sup> A.N.T.T., *S. Domingos de Lisboa*, B-46-14, doc. 231.



tados, o momento do enterro era acompanhado em várias igrejas e mosteiros pela celebração de missas por sua alma<sup>35</sup>.

Apesar de vários autores como P. Ariés e J. Ntedika referirem a substituição de bodos nos cemitérios pela celebração de missas, a verdade é que a permanência dum bodo ritual no fim do enterro, que se destinava aos que acompanhavam o morto, com especial realce para os pobres, é uma realidade que múltiplas vezes se revela nos documentos<sup>36</sup>.

Contudo, era após o enterro que a especificação e a multiplicação de cerimónias se tornava mais notória. Este culto do morto apresentava dois ciclos principais: um que se estendia ao longo do primeiro ano e que compreendia a intercessão pelo defunto, normalmente aos oito dias, mês e ano e outro que se estendia para lá do primeiro ano e que se prolongava, pelo menos em teoria, indefinidamente, através da celebração de aniversários anuais.

O primeiro ano era usualmente preenchido por missas — de requiem, oficiadas, caladas, «trintaíros encerrados», todos os sábados, todos os primeiros dias do mês, todos os dias do ano — mas também por «saimentos», por ofertas periódicas a pobres, por pagamentos de promessas, pela manutenção de lâmpadas, pelo cantar de determinadas orações como as horas dos passados, os salmos e as antífonas, entre outros.

Este período, que compreendia o primeiro ano, regia-se por uma lógica de acumulação de cerimónias que reflecte a concepção da importância crucial do primeiro ano. Com efeito, esta preocupação pode ser fruto da crença na definitiva entrada do defunto no mundo dos mortos apenas após o ano.

O período posterior abrangia um leque muito mais reduzido de ritos que praticamente se limitavam a missas, «saimentos» e ofertas a pobres. Estas missas apresentavam um carácter específico,

---

<sup>35</sup> A.N.T.T., *Mosteiro de S. Domingos de Lisboa*, B-46-9, doc. 381: testamento de Maria de Aboim de 1326. Sobre D. Maria de Aboim, veja-se: Maria José Ferro Tavares, «Nótulas para o estudo da assistência hospitalar aos pobres em Lisboa: os hospitais de D. Maria de Aboim e do Conde D. Pedro», *Jornadas sobre a Pobreza e a Assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das primeiras Jornadas luso-espanholas de História Medieval celebradas em Lisboa nos dias 25-30 de Setembro de 1972*, tomo I, pp. 374-381.

<sup>36</sup> A.N.T.T., *Sé de Lamego*, caixa 19, maço 1, n.º 13; *Ibidem*, caixa 19, maço 2, n.º 24.

devido não só ao seu aspecto cíclico — por serem oficiadas em dias rigidamente determinados pelo testador para sempre — mas também porque se relacionavam, muitas vezes, com o culto de um determinado santo, em cujo dia a missa era celebrada. Esta ligação entre um aniversário e um dado santo poderá indicar uma escolha pessoal que obedecia à crença na capacidade intercessora do mesmo<sup>37</sup>.

Os aniversários pedidos por alma variavam bastante em número oscilando entre o aniversário anual, frequentemente celebrado no dia da morte, e um conjunto de vários outros oficiados ao longo das festas do calendário litúrgico, com realce para as cinco festas de Maria, a Páscoa, o Pentecostes, a Trindade e Todos os Santos.

Certos testadores, pertencentes a grupos sociais mais elevados, recorriam ainda à instituição de capelas, onde, quotidianamente, se rezava missa por sua alma.

A sobrevalorização da missa no conjunto dos rituais (cf. gráfico n.º 4) que acompanhavam a alma, parece corresponder ao sucesso da difusão e implantação do conceito de que a salvação da alma não dependia exclusivamente da acção do testador durante a vida, mas também da possibilidade que ele passa a ter de influenciar o destino da sua alma através de missas de intercessão, capazes de resgatarem a alma dum Purgatório que se começava a definir e a difundir<sup>38</sup>.



O culto prestado aos mortos não pode assim ser apenas entendido na sua aparência exterior de crescente complexidade e multiplicação de ritos, mas sobretudo nas motivações subjacentes a essa evolução. O receio da morte, mesmo não sendo a morte repentina,

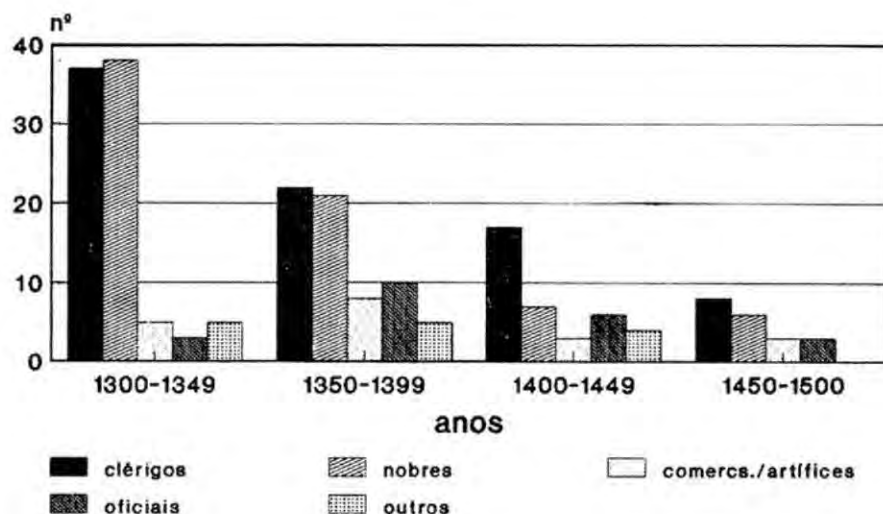
---

<sup>37</sup> Dias requeridos para celebrações de intercessão: Santa Madalena, Santa Margarida, Santo André, Santo Estêvão, S. Bartolomeu, S. Brás, S. Filipe e S. Tiago, Mártires, S. Francisco, S. Gregório, S. João Baptista, S. Jorge, S. Martinho, S. Miguel, S. Tomé, Virgens, Confessores e Doutores da Igreja. Festas: Corpo de Deus, Natal, Páscoa, Pentecostes, Trindade, Cinco festas da Virgem.

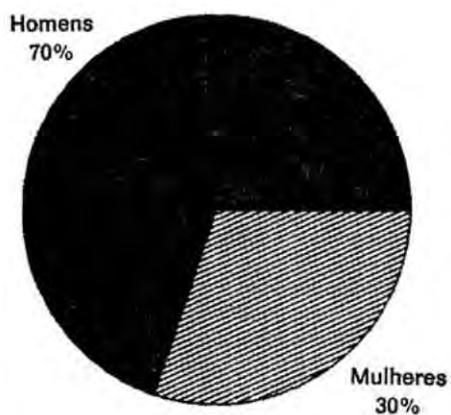
<sup>38</sup> Cf. J. Ntedika, *ob. cit.*, p. 255.

é uma realidade destes séculos em ligação com um crescente apego à vida, sentimento que uma Alta Idade Média não terá conhecido com tanta acuidade, já que a noção de divindade neste último período aproximava o crente e Deus numa relação que a Baixa Idade Média vai esquecer ao embrenhar-se na preocupação com o perdão e a salvação da alma no outro mundo.

GRÁFICO I  
Distribuição social dos testadores

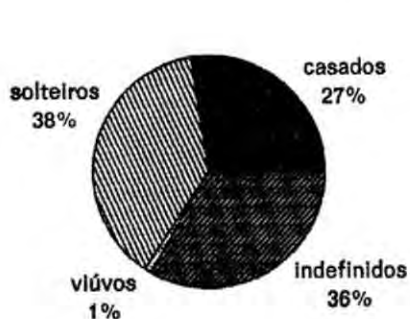


**GRÁFICO II**  
**Sexo e estado civil dos testadores**

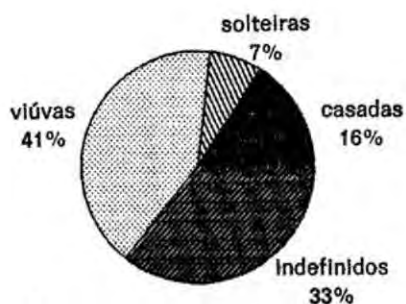


**Sexo dos testadores**

**Estado civil dos testadores**



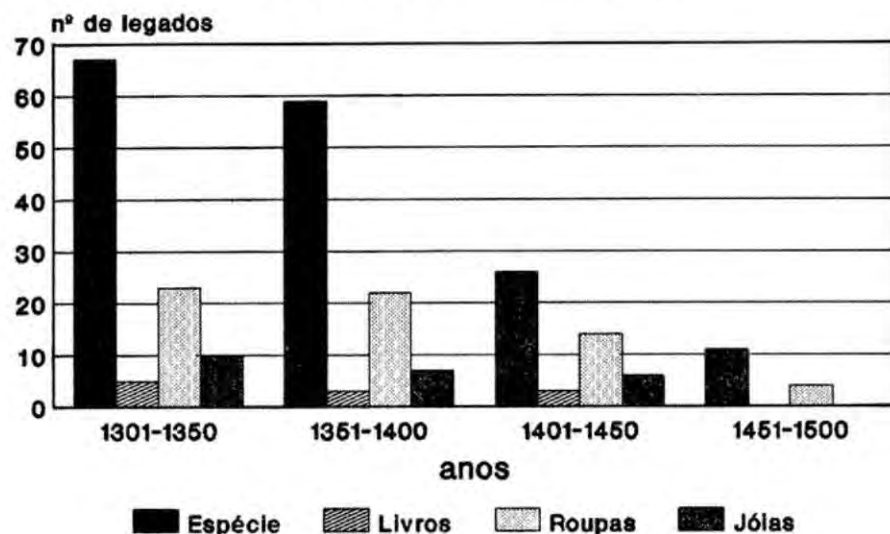
**Sexo masculino**



**Sexo feminino**

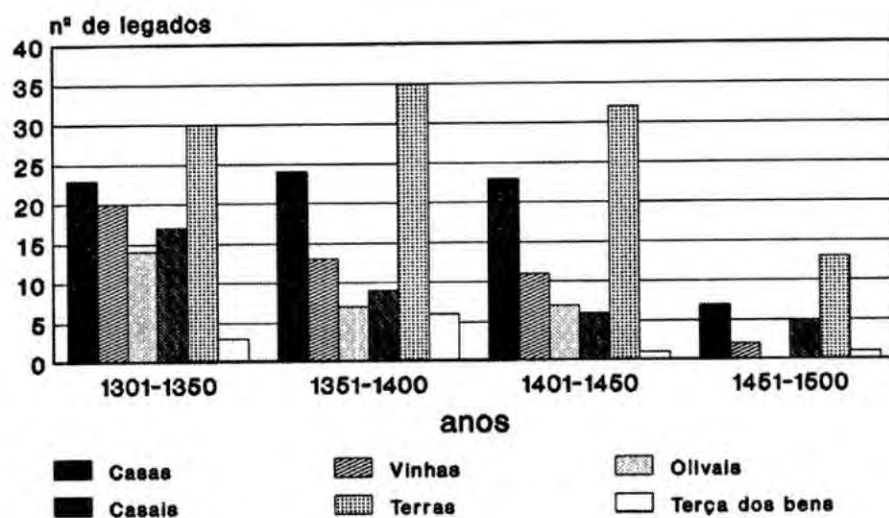
## GRÁFICO III

## Legados e sua evolução (bens móveis)

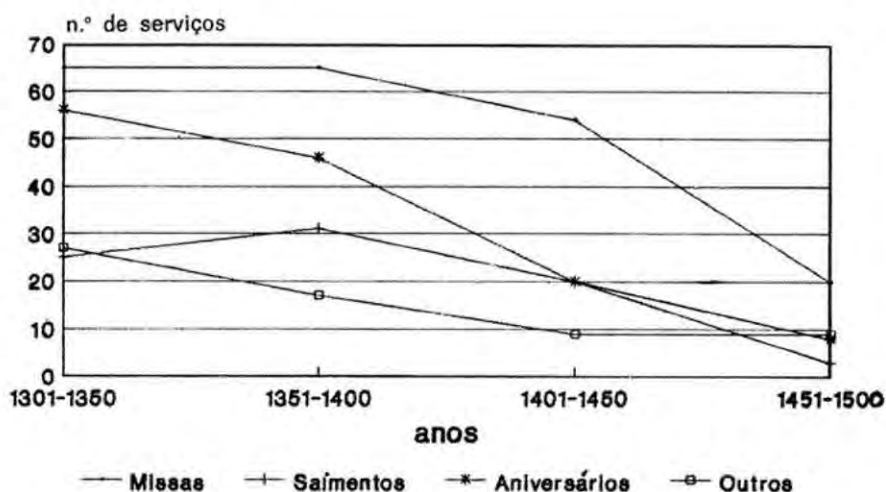


## GRÁFICO III (a)

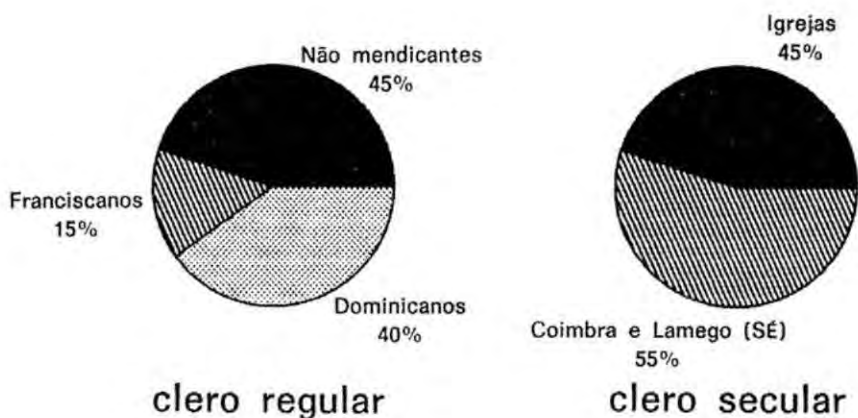
## Legados e sua evolução (bens imóveis)



**GRÁFICO IV**  
**Serviços pedidos pelos testadores**



**GRÁFICO V**  
**Instituições beneficiárias**





## GRÁFICO VI

## Legados Pios

